

## DEFICIÊNCIA MENTAL: ESTUDO DE CASO

Rosemary Roque de Aquino

*Secretaria Municipal de Campina Grande e Alagoa Nova-PB, Brasil*  
[aquino.rosemary@yahoo.com.br](mailto:aquino.rosemary@yahoo.com.br)

**Resumo:** O presente trabalho foi elaborado para atender a última etapa do curso de Especialização para Atendimento Educacional Especializado e apresenta para fins de entendimento teórico / prático, um estudo de caso com uma educanda com idade de 13 anos cursando 4º ano numa Escola Municipal situada no município de Campina Grande-PB. A problemática apresentada tem como característica de uma DM (Deficiência mental). A mesma recebia atendimento na sala de recurso, pois ainda não conhecia as vogais, apresentava dificuldade em se comunicar por sua fala ser pouco compreensível ficava reservada na sala e no recreio. A habilidade que apresenta interesse era referente ao artístico. Diante da problemática apresentada pela educanda se buscou elaborar um plano de AEE (Atendimento Educacional Especializado), visando oferecer várias possibilidades de práticas pedagógicas para assim garantir que a educanda pudesse ultrapassar as barreiras impostas pela escola comum e participar de sua turma com autonomia. Quanto à metodologia, foram utilizadas três etapas que serviram como norte para uma possível intervenção pedagógica garantindo uma possível inclusão real da educanda. Tivemos como primeira etapa o levantamento da problemática através de pesquisa de campo por meio de entrevista semiestruturada com o corpo docente e a equipe técnica da escola, seguido da família. Na segunda etapa seguiu-se com a elaboração da formulação da clarificação do problema bem como sugestão para possíveis soluções inseridas na formulação do plano do AEE. Seguido de pesquisa teórica visando buscar compreender o caso em questão e assim nortear-se para subsidiar no caminho ao atendimento necessário.

Palavras-chave: (1) Atendimento Educacional Especializado; (2) Educação Especial; (3) Escola comum.

### Introdução

Ao trabalhar com educação cerca de 20 anos com experiência em Educação infantil, fundamental I e II, e EJA primeiro e segundo seguimento (referente a fundamental I e II); e nesses últimos 6 anos tenta-se compreender o processo da educação inclusiva no Brasil pós-constituição de 1988; (constituição de 1988, Brasília. 2010 Págs.: 34,35) no qual refere :

### Seção I - Da Educação:

Incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

[www.cintedi.com.br](http://www.cintedi.com.br)

- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e existência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

Já em 1996 veio a publicação da nova Lei de Diretrizes e Bases da educação brasileira (9394/96), que como respaldo legal tem uma importância fundamental de nortear a educação do Brasil no qual descreve no art.4º “que trata da Educação e rede regular de ensino e o seu atendimento com apoio especializado devendo ser apenas quando necessário a lei deixa claro a sua determinação no tocante ao direito da criança ter um atendimento educacional especializado sendo que aprendizagem” primeira deverá ser preferencialmente em classes normais ao lado das demais crianças evitando-se desta forma qualquer modalidade de segregação” LDB 9394/96 (Art.4 – inc.III).

O professor ao se encontrar diante de situações de que um lado tem a lei e do outro o fazer acontecer já que as crianças chegam as classes das escolas brasileiras e a pergunta que não quer calar é ,como o professor vai fazer valer o direito garantido por lei?

Portando diante da problemática se buscou organizar o referido trabalho acadêmico na perspectiva de apresentar um estudo de caso de uma aluna que se fazia inserida numa sala regular com uma especialidade diagnosticada como DMM ( Deficiência Mental Moderada) e que havia a necessidade de compreender e buscar possíveis soluções para assim garantir a real inclusão da mesma educanda em questão.

### Metodologia

Quanto à metodologia, foram utilizadas três etapas que serviram como norte para uma possível intervenção pedagógica garantindo a real inclusão da educanda. Como primeira etapa foi feito o levantamento da problemática através de pesquisa de campo por meio de entrevista semiestruturada com o corpo docente equipe técnica da escola, e da família. Na segunda etapa seguiu-se com a elaboração da formulação da clarificação do problema bem como sugestão para possíveis soluções e formulação do plano do AEE. Seguido de pesquisa teórica para que se pudesse buscar compreender o caso em questão sendo assim nortear-se para subsidiar no caminho ao atendimento em questão. O plano do AEE visou possibilitar o desenvolvimento interação social; ampliação da coordenação motora; o raciocínio lógico-matemático e ampliação das habilidade artística. Com tempo

organizado em 6 meses, dois dias por semana sendo individual e em grupo . Foi necessário buscar apoio com professor da sala regular; de informática e equipe pedagógica, psicólogo e família. O plano de AEE destinado a educanda era acompanhado e avaliado de forma contínua, mediante os objetivos do plano, no caso os mesmos forem alcançados. A avaliação da educanda se deu através da sua participação e envolvimento nas atividades propostas, uma vez que as mesmas foram diversificadas.

## Resultados e Discussão

### 1. Análise e clarificação do problema

De acordo com o caso proposto pode-se observar que Luciana é uma adolescente com idade de 13 anos de idade, matriculada no ensino regular numa Escola Pública Municipal , na cidade de Campina Grande-PB com aparente Deficiência Intelectual ainda com um diagnóstico não definitivo, frequentando o AEE (Atendimento Educacional Especializada) e tendo acompanhamento psicológico e fonoaudiólogo.

A família é parceira, pois sempre que solicitada comparece a escola, também procura levá-la ao atendimento clínico, mesmo com pouca esperança que Luciana se desenvolva nos estudos. É importante refletir que os educandos que tem apoio familiar conseguem superar desafios com uma estima bem elevada seja ele com necessidades especiais ou não.

Sugeriu-se que para a solução do problema fossem desenvolvidas atividades que amplie a sua socialização, a exemplo de fazer uso de dinâmicas que utilizem músicas para trabalhar os movimentos corporais e noção de espaço , dramatizações de histórias na sala de leitura, recreações, brincadeiras coletivas, passeios, também será necessário a organização da rotina diária por meio de calendários diários, cartazes ilustrados, assim como regras coletivas que enfatizem os direitos e os deveres de todos.

Para ampliar a coordenação, a comunicação e a criatividade sugerem-se atividades de pinturas, recortes, montagens e modelagens, pois observa-se que a aluna gosta de pintar e de desenhar.

Ao desenvolver os conhecimentos matemáticos e linguísticos se fez necessário o uso de um trabalho lúdico com diversos jogos para que Luciana tenha o contato com as letras, com os numerais, cores e formas como caça-letras e palavras, cruza-letras, alfanumérico, material dourado, jogos coloridos de montar, jogo da memória, dominós, sequência lógica,

além da utilização do computador com programas e jogos.

Para que se possa desenvolver a leitura e a oralidade foi importante promover leitura compartilhada de histórias na rodinha de conversa, através de ilustrações, de fantoches, textos musicados, poemas e poesias, utilização das letras móveis, relatos de fatos do cotidiano, etc.

Além de ter buscado promover uma conscientização, de todos os que fazem a escola, da importância de se realizar uma verdadeira inclusão, pois o importante mesmo é a permanência de todo e qualquer aluno na escola.

Para compreendermos a inclusão foi necessário um breve resgate no qual em nível mundial é bem recente na sociedade, imaginemos que no Brasil é bem mais recente ainda essa ideia e está diretamente relacionada ao fato do preconceito que nada mais é que ignorância, de fato quando não temos conhecimento formulamos ideias equivocadas do que nos rodeia; daí o fato da ideia da inclusão demorasse tanto tempo para ocorrer. Entretanto, esse mesmo preconceito para com os deficientes não surgiu em nossa sociedade, ele é tão antigo como a própria existência humana. Existem registros históricos que revelam como os deficientes eram tratados, alguns exemplos parecem ser até mesmo inacreditáveis. “Nós matamos os cães danados, os touros ferozes e indomáveis, degolamos as ovelhas doentes com medo que infectem o rebanho, asfixiamos os recém-nascidos mal constituídos; mesmo as crianças, se forem débeis ou anormais, nós as afogamos: não se trata de ódio, mas da razão que nos convida a separar das partes sãs aquelas que podem corrompê-las.” (Sêneca, Sobre a Ira, I, XV). Portanto quando não se permite aos deficientes serem incluídos em salas regulares é, de certa forma, semelhante à atitude que os antigos tinham. Embora não eliminem literalmente tais crianças, as excluem do seu convívio e as condenam a viverem segregadas por toda a vida.

Mas ao definir inclusão vamos compreender no pensamento de Mantoan (Maio/2005), fala em “privilegio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós.” Então vem a pergunta: que privilégio? Os que não levam a bandeira da inclusão dirão que são as crianças ditas normais que estão dando aos deficientes tal privilégio. Mas é bem verdade, que privilégio mesmo para nós (educadores, gestores e demais crianças) conviver com os deficientes, pois com isso, podemos aprender a viver com pessoas que são diferentes de nós. E diferente não é ser melhor nem pior. É apenas ser diferente. E, esta convivência na mais tenra idade, como é o caso da Educação Infantil, é importantíssima, dessa base se espera que a

próxima geração de adultos possa ser mais tolerante para com a diferença.

## **2. Breve Resumo Cronológico da “Política Nacional Especial na Perspectiva Inclusiva da Educação” ( 2007)**

Diante das leituras realizadas compreendeu-se que não é de hoje a preocupação Política Nacional Educacional brasileira voltada às pessoas com deficiência. Fazendo uma breve retrospectiva vimos que tivemos no momento do Brasil Império a criação das Instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos dos Surdos Mudos (IBC) no ano de 1854 e o Instituto dos surdos Mudos (INES) em 1857; chegamos a 1988; com contexto de Brasil República com uma constituição para atender o olhar democrático atendendo a uma realidade de inclusão social gritante e necessária de incluir inúmeros cidadãos que ao longo da História da educação brasileira sofreram exclusão resultado de uma educação pautada numa preparação dos capazes rotulados por uma sociedade desprovidas de ampliação de conhecimentos ; justificando assim o direito legal do cidadão com necessidades especiais na carta magna do país defendendo uma educação que deverá “promover o bem de todos sem preconceito de origem raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação ( art. 3º, inciso IV). Pois fica claro que é uma educação definida como direito de todos e como consequência garantido assim um pleno desenvolvimento da pessoa , o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho ( art. 205 ) e ampliando para a “ a igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, vindo a atender a um dos “ princípios para o ensino garantindo então como dever do Estado o Atendimento Educacional Especializado na rede regular de ensino de ensino( art.208 ) .

No contexto mundial a Declaração de Salamanca de 1994 refere que a escola inclusiva propicie um ambiente favorável á aquisição de igualdade, oportunidade e participação e que todas as crianças sempre que possível deve aprender juntas, independente de qualquer que seja a dificuldade ou diferenças que elas possam ter.

Em 1996 temos a publicação da nova Lei de Diretrizes e Bases da educação brasileira (9394/96), que como respaldo legal tem uma importância fundamental de nortear a educação do Brasil no qual descreve no art.4º “que trata da Educação e rede regular de ensino e o seu atendimento com apoio especializado devendo ser apenas quando necessário, como vemos, a lei deixa claro a sua determinação no tocante ao direito da criança ter um atendimento educacional especializado sendo que a aprendizagem “primeira” deverá ser preferencialmente em classes normais ao lado das

demais crianças evitando-se desta forma qualquer modalidade de segregação” LDB 9394/96 (Art.4 – inc.III).

Outro documento de respaldo legal voltada para às pessoas com deficiência é o documento da Política Nacional de Educação Especial Brasileira no qual faz referência como se deve proceder o desenrolar da Política Nacional brasileira voltada às pessoas com deficiência.

Passados 11 anos da publicação da 9394/96 (LDB), especificamente em 2007 após sucessivos decretos que sempre proporcionavam inovações educacionais na perspectiva inclusiva o Ministério da Educação em parceria com Educação Especial, apresentam o documento Plano Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva e o objetivo foi “assegurar a inclusão escolar dos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, e orientando o sistema de ensino; garantindo assim ao aluno o acesso com a participação e a aprendizagem no ensino comum e a oferta de Atendimento Educacional Especializado tem sua continuidade nos estudos e acessos a níveis mais elevados de ensino promovendo a acessibilidade universal, transversalidade da modalidade educacional especial desde a educação infantil até a educação superior e esse atendimento tem como função identificar, elaborar e organizar os recursos pedagógicos de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas e as “atividades desenvolvidas no AEE diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substituída á escolarização,” ( MEC/SEESP, 2007).

Ao chegar em 2010 percebeu-se que com o passar do tempo a Educação brasileira tem mostrando um avanço progressivo no tocante a Educação Especial. E sai na frente quando possibilita recursos legais, matérias e a busca da efetivação desse processo quando investe na formação dos educadores, implementação nas salas de recursos na caracterização dos educandos; pode-se afirmar dizendo que o Município de Campina Grande vem buscando fazer acontecer direito adquiridos de cidadania, derrubando barreiras vergonhas de qualquer tipo de discriminação quando desenvolve através da Coordenação da Educação Especial na Secretaria da Educação e Cultura ações como: Programa Educação Inclusiva Direito a Diversidade Projeto Educar na Diversidade x Formação Continuada; também procura estar sempre em consonância com a família; Redes de Apoio aos Sistemas Educacionais; implementação das Salas de Recursos Multifuncionais com ampliação de mais Salas de Recursos Multifuncionais nas Zonas Rurais e em

Creches; atendimento educacional especializados com professores participando mensalmente de cursos para aperfeiçoamento em AEE (Atendimento Educacional Especializado). Entretanto em entrevista realizada com a coordenadora da Educação Especial, afirmar que o Município de Campina Grande/PB caminha com o contexto de avanços legais contribuindo assim para o fazer acontecer da inclusão desses portadores necessidades especiais e as Políticas Públicas acontecem com um de parcerias formativas e qualitativas através de um olhar de sensibilização. Portanto percebe-se que a Rede Educacional de Campina Grande / PB acompanha esse avanço, quando desenvolve ações formativas e qualificativas com as experiências inclusivas vividas pelos educadores em AEE e executa Políticas Públicas organizada com um olhar de sensibilização implementativa buscando assim uma melhora na caracterização dos alunos inseridos no referido contexto .

## **2. Pontos relevantes ao atendimento educacional especializado para o aluno com deficiência intelectual em questão:**

Ao beber da fonte do MEC (Ministério da Educação e cultura), cuja coleção sob o título: “A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar”, 2010 no Vol:2 ; “O Atendimento Educacional Especializado para Alunos com Deficiência Intelectual” que refere o trabalho do professor a esse atendimento fazendo necessário parafrasear como pontos relevantes:

- Tem como caracterização voltada essencialmente pela realização de ações específicas sobre os mecanismos de aprendizagem e desenvolvimento desses alunos sabendo-se que a realização do AAE se dá essencialmente na sala de recursos multifuncionais.
- As atividades propostas pelo professor do atendimento educacional especializado devem contribuir para a aprendizagem de conceitos, sendo essencial propor situações vivenciais que possibilitará o aluno (a) em questão organizarem o seu pensamento. Esse atendimento deve se fundamentar em situações-problema, que exijam que o aluno utilize seu raciocínio para a resolução de um determinado problema.
- Para desenvolver o AEE, é fundamental que o professor conheça seu aluno e suas particularidades bem além da sua condição cognitiva. O trabalho do professor do AEE é ajudar o aluno com deficiência intelectual a atuar no ambiente escolar e fora dele, considerando as suas especificidades cognitivas. Especificidades que dizem respeito principalmente à relação que ele estabelece

com o conhecimento que promove sua autonomia intelectual.

- O professor do AEE tem com função organizar situações que favoráveis ao desenvolvimento do aluno com deficiência intelectual bem estimulante ao desenvolvimento cognitivo e da aprendizagem. Tem também como papel produzir materiais didáticos e pedagógicos, tendo em vista as necessidades específicas desses alunos na sala de aula do ensino regular. Esse trabalho deve se realizar focalizando as atitudes do aluno diante da aprendizagem e propiciar o desenvolvimento de ferramentas intelectuais que facilitarão sua interação escolar e social.
- O professor exerce um papel importante na construção do conhecimento, portanto o trabalho no AEE deve ser estimulado pela intervenção intencional do mesmo; já que aluno com deficiência intelectual constrói conhecimentos exercitando sua atividade cognitiva.

### **3. O trabalho do professor de AEE e a gestão dos processos de aprendizagem**

A gestão dos processos de aprendizagem consistiu na organização de situações de aprendizagem nos espaços das salas de recurso multifuncional, é de fundamental importância interlocução com o professor do ensino comum. O professor na sala de recursos multifuncional deve centrar-se na atenção aos aspectos que podem potencializar o desenvolvimento e a aprendizagem do aluno com deficiência, objetivando também eliminar as barreiras que dificultam a aprendizagem desse aluno. Potencializando-se o desenvolvimento e a aprendizagem do aluno com deficiência intelectual, o professor poderá usar recursos de baixa e alta tecnologia, selecionar e produzir materiais. A interação com o professor do ensino comum, para que se obter informações sobre a frequência, permanência e participação do aluno na sala de aula.

No tocante a avaliação na escola dos processos de aprendizagem e da inclusão do aluno com deficiência intelectual como sujeito social, se beneficiou das inúmeras mediações que caracterizam as relações sociais e interpessoais estabelecidas no espaço escolar, as quais são marcadas também pelos conflitos e contradições da vida em sociedade.

No que trata ao atendimento educacional especializado, a avaliação se efetivou propriamente através do estudo de caso, no qual se visou construir um perfil do aluno que possibilitou elaborar o plano de intervenção do AEE.

O estudo de caso se fez através de uma metodologia de resolução de problema, que identificou a sua natureza em busca de uma possível solução. O estudo de caso foi efetivado pelo professor do AEE em conjunto com o professor do ensino comum e com outros profissionais que trabalham com esse aluno no contexto da escola. A avaliação a mesma alcançou três ambientes principais da educanda: sala de recursos multifuncionais, sala de aula e família. Na escola, a avaliação ocorreu em diferentes ambientes e em diferentes momentos. Por exemplo, o professor do AEE deve observou à organização e a gestão da sala de aula, o recreio, às brincadeiras, as atividades realizadas na biblioteca e no laboratório de informática.

A avaliação realizada na sala de recursos multifuncionais, na sala de aula e na família visou recolher informações sobre o aluno considerando seis aspectos principais: desenvolvimento intelectual e funcionamento cognitivo; a expressão oral; o meio ambiente; as aprendizagens escolares; o desenvolvimento afetivo-social e as interações sociais; os comportamentos e atitudes em situação de aprendizagem e o desenvolvimento psicomotor.

#### **4. O acompanhamento na sala de aula**

O acompanhamento do professor do AEE na sala de aula do ensino comum tem como caracterização primordial por uma interlocução em que o professor do AEE deve procurar ouvir as dificuldades encontradas por esse professor para ensinar ao aluno com deficiência intelectual no contexto da sala de aula. Quando as dificuldades forem do âmbito da gestão da classe ou do ensino formal, essas mesmas devem ser discutidas pela equipe pedagógica da escola da qual os professores em questão devem participar.

A escola dispõe de espaço físico para que se possam realizar atividades recreativas adequadas que certamente ajudariam na ampliação dos aspectos motores e de socialização de Luciana sabendo que crianças com deficiência mental apresentam um nível de habilidades motoras atrasado para sua idade cronológica. A melhoria nas habilidades motoras tem sido indicada com a finalidade de desenvolver a coordenação, equilíbrio, agilidade e flexibilidade; melhorando a aptidão física geral. Esse desenvolvimento contribui de forma benéfica para uma melhor qualidade de vida, favorecendo a inclusão social, principalmente de alunos com deficiência mental. Portanto a melhora das capacidades físicas: coordenação, equilíbrio, agilidade e flexibilidade consecutivas é de fundamental importância para criança com deficiência mental no caso da Luciana ela apresenta um pouco de desequilíbrio ao dançar ela

fica um pouco atrapalhada e com o treinamento certamente ela poderá superar essa dificuldade.

## **Conclusões**

Ao perceber que crianças com necessidades especiais e fato real e que se precisa de um conhecimento básico para assim poder ter suporte necessário e digno; com isso abrindo um leque de possibilidades para que esses possam ter autonomia e assim superar inúmeros desafios oferecidos pela sala regular. Mas lembremos de que tudo passa por processo porque quando passados 11 anos da publicação da 9394/96 (LDB), precisamente em 2007; após sucessivos decretos que sempre proporcionavam inovações educacionais na perspectiva inclusiva o Ministério da Educação em parceria com Educação Especial. Apresentam o, documento Plano Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva e o objetivo foi assegurar a inclusão escolar dos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/ superdotação, e orientando o sistema de ensino garantindo assim ao aluno o acesso com a participação e a aprendizagem no ensino comum e a oferta de Atendimento Educacional Especializado tem sua continuidade nos estudos e acessos a níveis mais elevados de ensino promovendo a acessibilidade universal, transversalidade da modalidade educacional especial desde a educação infantil até a educação superior e esse atendimento tem como função identificar, elaborar e organizar os recursos pedagógicos de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. E as atividades desenvolvidas no AEE diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substituída a escolarização (MEC/SEESP, 2007)

O referido curso foi de suma importância não apenas para quem estava em sala de recursos mas também para quem estava em sala de aula regular, pois entendendo que todos precisamos de informação e formação para sabermos como lidar com as inúmeras crianças que passam pelas escolas com necessidades especiais essas tantas passadas despercebidas ou não, ficado a margem e representando um número encaixado nas estatísticas da exclusão sem direito a desenvolver outras habilidades que possivelmente devem ter; porque aprendemos na escola a atender critérios limitados pelo contexto educacional vigente de tanta épocas passadas, no mundo de hoje temos novos conhecimentos a exemplo de Gardner que refere sobre as inteligências múltiplas e esse conhecimento faz refletir que o leque do espiral para aprendizagem vai muito além de um aquém de

conhecimentos limitado, policiado e reprodutivo no qual a escola comum brasileira vem pautada ao longo desses 22 anos de pós LDB 9394/96 que diante de abismos de muita problemáticas do Brasil enquanto Estado que não defini uma linha de compromisso com a base da base econômica que é a educação; resultando repetição de várias práticas tradicionalista, pois os excessos do tradicional justificam essas práticas e não a utilidade do seu método. Mas como aprendemos tudo é processo e que a cada momento histórico vivido é refletido na sala de aula o mesmo na sala e os excessos ainda repetidos por muitos educadores que mesmo diante de toda adversidade, mas querem ver a melhora da sua prática seja para os alunos ditos normais ou especiais mas que ainda vivem o resquício do velho contexto histórico ditador que se encontra ainda bem disfarçado na democracia. Mas seguimos tentado mudar tomado conhecimento de novos conhecimento e novas práticas e com muito empenho em fazer acontecer garantindo assim uma permanência digna das crianças com necessidades especiais. Também é importante ressaltar que é de extrema necessidade que o professor do ensino regular seja capacitado para viabilizar a integração desses educandos nas classes *comuns*; como se pode ver são direitos garantidos na constituição de 1988 e na LDB 2006, mas não basta está escrito em papéis oficiais porém é preciso fazer acontecer pois além de promover uma conscientização, de todos os que fazem a escola, da importância de se realizar uma verdadeira inclusão, porque o importante mesmo é a permanência de qualquer aluno na escola saindo do pensamento da pedagogia da negação, grifo meu. Essa reflexão feita por (Montam, 2010) no qual faz comentário sobre o caminho de alguns professores em privilegiar o caminho das aprendizagens mecânico ao atuarem frente aos alunos com deficiência intelectual . Esses optassem por situações de aprendizagem baseada nas tenham raízes nas experiências vividas pelo aluno possibilitariam mobilizar raciocínio desses alunos, preferem permanecerem em práticas baseadas repetição e na memória. Essas desprovidas de sentidos para os alunos até dito normais - grifo meu. Os professores seguidores desse caminho em manter uma postura frente aos alunos com deficiência intelectual “manifestam numerosas dificuldades nos pretexto de que os alunos antecipam o fracasso e não se apoiam sobre seus conhecimentos quando estão em situação de aprendizagem ou de resolução de problemas.

Em linhas gerais mesmo com a problemática educacional brasileira pautada em meio a inúmeros abismos, mas cabe a todos fazer valer o fazer acontecer as aprendizagens reais; seja do escolar com necessidades especiais ou não.

## Referências

BELISARIO, José Ferreira Júnior. CUNHA, Patrícia. *A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar – Transtornos Globais do Desenvolvimento*. Universidade do Ceará. MEC – SEESP, 2010.

BRASIL, Constituição ( 1988 ) – *Constituição da república Federativa do Brasil*, promulgada em 05 de outubro de 1988. 24 ° Ed. São Paulo : Saraiva, 2000 ( Coleção Saraiva de Legislação ) .

BRASIL, Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial, Fascículo V – A *Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar Surdocegueira e Deficiência Múltipla*. MEC/SEESP Brasília 2010

Brasília Carvalho, E. N. S.; Maciel, D. M. M. A. *Nova concepção de deficiência mental* segundo a American Association on Mental Retardation - AAMR: sistema 2002 Temas em Psicologia da SBP Vol. 11, n SENADO FEDERAL

Brasília - 2010. 2, p. 147–156, 2003./DF – 2007 Brasil. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. LDB : *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* : lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 5. ed. – Brasília : Câmara dos Deputado.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKI, Ana – *Psicogênese da Língua Escrita*. Porto Alegre. Artes Médicas.

FIGUEIREDO, R. V. ;POULIN, J *Aspectos funcionais do desenvolvimento cognitivo de crianças com deficiência mental e metodologia da pesquisa*. 1ed. São Paulo: Cortez, 2008, v. 1, p.253.

GARDNER, Howard. *Inteligências Múltiplas: a teoria na prática* 1. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

GOMES, Iara de Moraes;

<http://sites.google.com/site/aeiaramg1/artigos><http://sites.uol.com.br/gballone/infantil/dm1.html><http://sites.google.com.historiaeducar.blogspot.com/>

LIBÂNEO, José Carlos. *Democratização da Escola Pública*. São Paulo: Loyola, 1990.

MEC/SEESP – *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*, 2007. CARNEIRO, Moacir Alves; LDB Fácil. Rio de Janeiro: Vozes,

1°. Poulin, Jean-Robert. 2°. Figueiredo, Rita Vieira de. 3°. Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. 4°. Universidade Federal do Ceará. V. *A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar*. 22 pág.